

Memória da Reunião da Comissão de Recursos Humanos

28/04/11

Participantes da reunião: Amélia Cabral Alessi, Marina H. Assanuma, Renato C. Schmidt, Romildo Sbrissia, Soraia Reda Gilber, Tereza Marques Nunes, Vilma Rober, José de Albuquerque Arruda.

Justificativa: Claudia Scheneck de Jesus F, justificou ausência telefonando para recepção do hotel Nikko nesta data.

Efetuuou-se leitura/estudo do Manual da Diretoria da Unidades Próprias – DUP, e Sr. Romildo foi esclarecendo os aspectos legais do manual.

Nos itens em que houve dúvidas, Sr. Romildo esclareceu e apontou o que poderia ser modificado no manual, bem como os integrantes da comissão sugeriram substituições, alterações, exclusões e observações no texto do Manual da DUP.

Após estudo do Manual, a comissão definiu propor o seguinte:

Na página 06, item 04 – especificar a vaga criada por lei e a vaga da unidade.

Na página 06 – trocar Departamento Pessoal por Cadastro de Pessoal (Gestão de Folha Ponto). Também houve consenso em retirar toda a parte de avaliação de desempenho, uma vez que não existe lei estadual para deliberar sobre esta matéria. Na página 07 trocar o nome de escala de revezamento por Regime de Troca por Turno e retirar do texto os itens 2 a 7 por não fazerem parte do horário dos servidores. No item 8 da mesma página trocar as horas extraordinárias por serviço extraordinário e deverão por podem.

Na página 09 retirar os itens 13, 14 e 15. Também sugerimos que todas as palavras “colaboradores” sejam trocadas por “servidores” para se adequar a nossa função como servidor público estadual. Na página 11 que dispõe sobre as normas para acompanhamento funcional ela seja suprimida pois conforme relatamos anteriormente, não dispomos de lei estadual que discorra sobre esse assunto.

Na nossa opinião o manual deverá se reportar ao site do portal do servidor para consultar os manuais que já estão no site do governo sobre as orientações funcionais, a perícia médica, a orientação sobre preenchimento da CAT e outros assuntos não necessitando compilar os itens 7 e 8 do Manual de Orientações Funcionais do Servidor Público. Todos os anexos não devem constar desse manual, porque as escalas propostas não se aplicam aos hospitais do Estado, bem como a ficha funcional onde entendemos que pode servir mais como um instrumento de assédio moral do que de instrumento de promoção do servidor.

Ficou determinado por esta comissão que no próximo mês será pautado a questão da insalubridade e a NR 32 para se contemplar neste manual.

Também foi tratado na reunião a questão dos servidores da SESA serem impedidos de participarem de reuniões e cursos promovidos pelo SINDSAUDE sendo necessário pela chefia que os servidores reponham esses horários. Foi solicitado que a SESA reveja esta posição pois os cursos são pertinentes à classe trabalhadora e de relevância para o conjunto de servidores.

Sra. Rosita, presidente do Conselho Estadual de Saúde, compareceu à comissão para apresentar-se, colocou-se a disposição, e agradeceu os integrantes da comissão, e em especial os que não são conselheiros.

Sra. Rosita, declarou que considera o SUS, um dos melhores sistemas de saúde, comparando-se a sistemas de saúde de outros países.

Sem mais nada a tratar encerrou-se esta reunião.